

Banco *sonega* financiamento para imóveis usados, denuncia o Creci

São Paulo — A Resolução 2.019 do Banco Central, que estabeleceu percentuais dos recursos do Sistema Financeiro da Habitação a serem aplicados em empréstimos para a compra de imóveis não está sendo cumprida pelos bancos, pelo menos quanto à aquisição de moradias usadas. A denúncia é do presidente do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci), Roberto Campuano. Segundo ele, os poucos recursos para esse tipo de imóvel estão sendo *sonegados* pelos bancos aos cidadãos comuns. “Eles já começam não atendendo quem não é correntista e dão preferência a clientes especiais ou funcionários do próprio banco”, criticou.

“A resistência à concessão dos financiamentos a usados é uma demonstração cabal de incompetência dos responsáveis, se é que existe algum, pois com a futura extinção já anunciada do Ministério do Bem-Estar Social, extingue-se também a Secretaria da Habitação, subordinada a ele”, acrescentou. De acordo com a resolução publicada em 18

de outubro e assinada pelo então presidente em exercício do Banco Central, Carlos Eduardo Andrade, 25% dos valores destinados pelo SFH ao financiamento imobiliário deveriam ser utilizados no setor de unidades usadas. Isso representa quase US\$ 90 milhões em saldo para os dois últimos meses do ano ou cerca de 1.750 imóveis ao preço médio de US\$ 50 mil.

Capuano considera um volume baixo, mas critica principalmente os critérios adotados pelos bancos para sua utilização, que não favorece os que mais necessitam. Para comprovar isso, o Creci realizou levantamento nos bancos de São Paulo: em nenhum deles havia recursos para imóveis usados.

Ele acusa o Governo de total omissão no setor, responsável pela explosão dos aluguéis novos em outubro em São Paulo, a alta foi de 68%. Por isso, sugere a criação de um Ministério da Habitação e a fiscalização por um Conselho Nacional de Habitação, formado inclusive por representantes da sociedade.

Governo quer mudar crédito habitacional

São Paulo — O governo vai propor, na próxima reunião do Conselho Monetário Nacional (CMN), a reformulação do crédito habitacional, com nova matriz de financiamento. No voto que será proposto, o Governo incentivará a compra de materiais para construção em lotes próprios, reformas e ampliação de moradias, concedendo financiamentos lastreados na poupança a 12% ao ano, prazo mínimo de 24 meses e valor máximo de 2.000 UPFs (CR\$ 2.521.360,00 este mês).

O programa inclui a comercialização de imóveis usados e objetiva reduzir o déficit habitacional estimado em 12 milhões de moradias pela Secretaria Nacional de Habitação (SNH). O saldo da poupança estimado hoje é de US\$ 20 bilhões. Um conjunto de medidas está sendo preparado para regulamentar as novas formas de financiamento.